



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Seguridade Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social,

Políticas de Assistência Social

A DIMENSÃO POLÍTICA-IDEOLÓGICA SOBRE A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES NA SOCIEDADE

SHEILA DE SÁ RODRIGUES DA SILVA¹

JENNIFER LARISSA DA SILVA BIZERRA²

PAMELA ZATREPALEK DE ALMEIDA³

SOLANGE MARIA CARVALHO DA ROCHA BARROS⁴

RESUMO

A saúde no Brasil é um direito social e regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde (LOS) e organizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que garante acesso universal e gratuito à serviços de saúde. Porém, paralelo a saúde pública observa-se a expansão do projeto privatista. Com isso o objetivo do artigo consiste em apreender sobre os dispositivos políticos-ideológicos que são difundidos sobre a saúde pública, assim como, compreender de que forma essa questão repercute na percepção da sociedade quanto ao SUS. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa explicativa, abordagem quali-quantitativa e revisão bibliográfica. Subsequentemente foi realizado um estudo de campo por meio de uma pesquisa de opinião pública. Os resultados atingidos apontaram para mecanismos que são utilizados para o desmonte da saúde pública, influenciado pelo ideário político neoliberal. Tais mecanismos implicam direta ou indiretamente na percepção que a população vem adquirindo sobre o SUS.

Palavras chaves: Saúde Pública. Neoliberalismo. Opinião pública. SUS.

ABSTRACT

¹ Universidade da Amazônia

² Universidade da Amazônia

³ Universidade da Amazônia

⁴ Universidade da Amazônia

Health in Brazil is a social right and regulated by the Unified Health System (SUS), which guarantees universal and free access to health services. However, parallel to public health, the expansion of the private health project is observed. Therefore, the objective of the article is to learn about the political-ideological devices that are disseminated regarding public health, as well as to understand how this issue impacts society's perception of the SUS. This study is characterized as an explanatory research and qualitative-quantitative approach that generated a bibliographic review and field study through a public opinion survey. The results achieved pointed to mechanisms that are used to dismantle public health, influenced by neoliberal political ideology. Such mechanisms directly or indirectly implicate the perception that the population has acquired about the SUS.

Keywords: Public health. Neoliberalism. Public opinion. SUS.

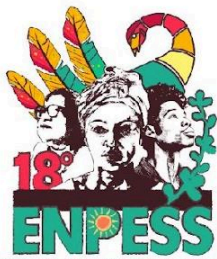
1. INTRODUÇÃO

A saúde é garantida como um direito social desde a Constituição de 1988, e foi regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde (LOS) e organizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que passou a oferecer a todos/as brasileiros/as acesso universal e gratuito a serviços de saúde. Porém, paralelo a saúde pública observa-se a expansão do projeto privatista. Diante desta premissa o presente artigo se construiu a partir da observação do cotidiano dos/as usuários/as da política de saúde pública, onde foi observado certa decepção por parte dos/as usuários/as em relação ao SUS.

Como questão problematizadora temos: Como a dimensão política-ideológica difundida pela classe dominante repercute na percepção da sociedade sobre o Sistema Único de Saúde? A partir da indagação proposta o objetivo do artigo consiste na identificação dos principais dispositivos políticos ideológicos que são difundidos na sociedade contemporânea, assim como, quantificar e analisar a opinião dos sujeitos que participaram da determinada pesquisa de opinião, objetivando compreender como os sujeitos concebem o SUS.

O método de análise da realidade foi o Materialismo Histórico Dialético por permitir um diálogo dinâmico entre teoria e a realidade. A pesquisa, também, estruturou-se numa abordagem quali-quantitativa, apresentando pesquisa bibliográfica e de campo. Para o aprofundamento teórico foi utilizado um levantamento bibliográfico, a partir de material já publicados, contidos principalmente em livros e artigos.

Subsequentemente foi realizada uma pesquisa de opinião, quantificando os dados para conhecer o fenômeno que está posto. A pesquisa seguiu um roteiro com perguntas estruturadas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que foram aplicadas aos respondentes, por meio da plataforma de formulário online “forms”. A amostra reuniu 280 participantes com idade acima de 18 anos, que foram abordados de forma aleatória em espaços públicos como praças e vias públicas onde concentram maior circulação de pessoas.

O artigo em questão trouxe para a discussão a política de saúde brasileira no contexto do Estado neoliberal e as consequências deste ideário econômico na saúde pública. Para além disso o estudo busca demonstrar os reflexos que esse enredo causa na sociedade. Afinal, esse debate que envolve a saúde pública e a percepção da população usuária sobre tal política, se faz necessária, uma vez que a saúde no Brasil é constitucionalmente um direito de todos.

Sendo assim, a construção desta pesquisa poderá contribuir com novos conhecimentos acerca desta temática e com isso possibilitar novas reflexões para a população usuária, até mesmo influenciar a participação da sociedade na tomada de decisões, contribuindo para o exercício do controle social.

2. A IDEOLOGIA DOMINANTE DO NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

Os primeiros escritos sobre a concepção do termo ideologia, foi exposto pelo filósofo francês Destutt de Tracy em 1796, com objetivo de designar o estudo científico das ideias. Já para Marx o conceito de ideologia teve uma visão crítica e estava estritamente ligada à sua teoria. (Thompson, 2011).

Para Marx e Engels (2007) o conceito de ideologia se origina dentro das contradições sociais, mas que é ocultado por uma determinada “classe dominante”. Esta abrange duas noções: a primeira é de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social; a segunda noção é de uma classe dominante que busca sempre manter o modo de produção, as formas de sociedade existentes e exercer um poder sobre o Estado, ou seja, dominar politicamente todas as esferas sociais. Nesse sentido, para Marx a noção de ideologia é necessariamente crítica. (Marx e Engels, 2007 apud Bottomore, 1988).

É nessa lógica que a ideologia do neoliberalismo, impõem uma marca não somente na esfera econômica, mas na forma como se vê o que é público em relação ao privado. O modelo neoliberal enquanto política socioeconômica, importada do Liberalismo clássico com intuito de desenvolver e potencializar os ideais liberais, preconiza a mínima intervenção do Estado na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

economia, caracterizando no processo de desaparecimento do Estado e conseqüentemente nas privatizações de empresas estatais.

Conforme aponta Boito Jr, trata-se de “um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade da iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia.” (apud Mazetto, 2015, p.12). Logo refere-se a uma configuração da noção de público e privado no sentido de que o primeiro é ineficiente, pois estruturado em base de clientelismo e burocratismo, onde falta uma gestão eficaz e racional.

Nessa mesma concepção, o privado é eficiente e produtivo. Segundo assiná-la Mariani “o mercado e o setor privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. A solução para essa falha é torna-se, então, um estado mínimo. O Estado deve ser reduzido a uma porção mínima, apenas necessária para a reprodução do capital” (apud Mazetto, 2015, p.12), o que se traduz em efeitos concretos na forma de se fazer política pública a partir de tal molde. Nesse sentido Boito Jr. destaca que:

O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal pois a oferta e procura proporciona a melhor alocação para os recursos, fazendo crescer a riqueza na sociedade; ao mesmo tempo, a soberania do consumidor pela ótica da supremacia da concorrência permitiria o desenvolvimento moral e intelectual dos cidadãos (apud Mazetto, 2015, p.13).

Tendo em vista esse “discurso neoliberal” pode-se observar que o mesmo sintetiza elementos essenciais do liberalismo como: predomínio do individualismo, da liberdade e da competitividade. Logo se torna perceptível o domínio da política do neoliberalismo que segue contrário ao sentido de coletividade que é um dos pilares do fazer político.

Nesse sentido Harvey (2008), reverbera que em casos de crises o Estado neoliberal tende a favorecer e proteger o sistema financeiro em detrimento do bem estar da população (classe trabalhadora) ou do meio ambiente (sustentabilidade). É justamente nessa lógica que o neoliberalismo e o sistema econômico se cruzam por um ideal em comum. Enquanto o ideário neoliberal visa a privatização das instituições estatais, o sistema do capital se beneficia de tal prática dando prosseguimento ao seu objetivo central, que é o lucro e a acumulação de riquezas, impactando diretamente nas políticas públicas, aqui nesse caso, a saúde.

Dissertar sobre a saúde é um processo desafiador, talvez por se tratar de um país com problemas estruturais que atravessa décadas. A trajetória e o movimento da política de saúde no Brasil, ocorreu a partir dos antecedentes da ação estatal, no século XX. Com isso a partir da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

década de 1930 a saúde passou a ser vista como “Questão Social”⁵, pois anteriormente, a mesma era pautada na filantropia e na prática liberal (Bravo, 2009).

A saúde foi marcada por acontecimentos que se estenderam até a conquista da atual política sanitária. Na linha do tempo de décadas do que ocorrera acerca da saúde, Scliar (2007) aponta que a Organização Mundial de Saúde (OMS), passou a perceber enormes desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Contudo, com a influência vinda da experiência de países socialistas, a OMS baseou-se nos seguintes pontos: as ações de saúde devem ser práticas, exequíveis e socialmente aceitáveis; a saúde deve estar ao alcance de todos e em locais acessíveis a comunidade; os mesmos devem participar ativamente na implementação e na atuação do sistema de saúde; por último, o custo dos serviços devem ser compatível com a situação econômica da região e do país, com objetivo de se construir uma política de saúde exequível, universal e eficaz.

Assim, no processo de redemocratização do Brasil, a saúde assumiu um sentido mais abrangente. Conforme demonstra Bravo (2001), a década de 80 foi um período de grande intensificação nos debates sobre saúde pública. O SUS (atual sistema de saúde) teve sua raiz histórica no movimento de lutas sociais entre as décadas de 1970 e 1980, nesse período surgiu novos sujeitos sociais que marcaram este cenário de conquistas. Nesse contexto de lutas por direito ao acesso universal da saúde, existia também a disputa entre dois projetos com diferentes ideais, o projeto de reforma sanitária e o projeto privatista.

Diante disso Bravo (2009), discorre que surge a proposta do projeto de reforma sanitária, apresentado pelos intelectuais da saúde, movimentos sociais e estudantes que eram contra ao modelo vigente da época, tendo como estratégia o SUS, visando a construção de um Estado democrático e de direitos, que deve ser responsável pelas políticas sociais e pela saúde. O projeto sanitário, também, buscava inserir novos indivíduos sociais na definição da política setorial por meio dos Conselhos e Conferências de saúde, dando voz a participação popular.

Nessa conjuntura, com a abertura democrática do país os movimentos sociais voltaram a atuar fortemente o que ocasionou uma grande mobilização política. Contudo, foi também um período de crise econômica e instabilidade estrutural. Conforme destaca Mendes (1995) a crise foi

⁵ “Questão Social aprendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (Iamamoto, 2001, p.27).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

favorável ao rompimento com o Estado desenvolvimentista, nesse período abriu-se espaço para propostas liberais que conduziram a um Estado neoliberalista.

Na década de 90, acontece a regulamentação da saúde pública, por meio do SUS, com a participação social assegurada pelo controle social. Porém ao mesmo tempo surge tentativas de implementação da universalização excludente mercantilista com intuito de privatizar a saúde, isso ocorre por conta dos reflexos das mudanças na economia e no capital ao redor do mundo. Nesse cenário a política de saúde brasileira sofre um processo de disputa entre dois projetos que representam interesses distintos. O projeto capitalista que defende as reformas recomendadas pelo Banco Mundial⁶, o qual atende somente os interesses do setor privado e o projeto dos setores progressistas que defendem o Sistema Único de Saúde e seus princípios.

O projeto privatista apoiado pelo setor privado, instalado na área da saúde como: donos de hospitais; diretores dos hospitais; indústrias farmacêuticas e de equipamentos nacionais e internacionais entre outros donos do capital. Estes estão aliados e atrelados ao projeto neoliberal que tem conseguido influenciar negativamente a política de saúde para o seu desmonte, no sentido de abrir a saúde para o mercado.

A partir da segunda metade da década de 1990 houve a necessidade de limitação das funções do Estado na política de saúde brasileira, o que repercutiu no rompimento com o caráter universal do sistema público de saúde ficando este encarregado apenas de prestar atendimento aos mais pobres, ou seja, a quem não podia pagar pelos serviços do mercado, através de um modelo assistencial centrado na oferta da atenção básica e na racionalização da média e da alta complexidade. Assim como outras medidas, por exemplo a flexibilização da gestão dentro da lógica custo/benefício, a privatização e a terceirização dos serviços de saúde colocando os indivíduos na condição de clientes ao invés de sujeitos de direito.

Esses conflitos de interesses entre o projeto do capital e dos setores progressistas, lapidou a política de saúde que é hoje, pois existia resistência política referente ao primeiro projeto. Por força dessa política foi inscrito na Constituição de 1988 e nas Leis Orgânicas da Saúde uma estrutura legal avançada que contemplou um conjunto de reformas positivas, que favoreceu a classe subalterna. Contudo sua efetivação prática tem sido sucateada pelos interesses do capital

⁶ Conselho Nacional de Saúde, ano 2019. Disponível em:
<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/178-conselhos-da-saude-discutem-relatorio-do-banco-mundial-sobre-o-sus>. Acesso em: 13 nov. de 2023. Sem autor: Conselhos da saúde discutem relatório do Banco Mundial sobre o SUS.

na área da saúde. Esse referido projeto, expressa contrarreformas no sentido regressivo aos direitos conquistados legalmente.

Segundo Nogueira (1998), o processo capitalista no Brasil atingiu um crescimento excessivo no Estado e no fortalecimento deste, em prol de apenas uma classe – a burguesa. Nessa concepção, floresce a crença de que a reforma do Estado deve dar-se no âmbito quantitativo, fiscal, financeiro e gerenciador em detrimento do político, participativo e democrático, isso porque “não se trata mais de construir, mas de desconstruir o Estado”. Pois o Estado estaria submetido aos princípios da globalização, o qual por meio da desregulamentação e da flexibilização, reduziria consideravelmente o papel político e participativo do Estado e da sociedade. Evidenciando o desmonte da democracia e dos direitos sociais.

3. A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: uma análise a partir da pesquisa de opinião.

A saúde é um direito social constituído, e dever do Estado garantir que todos/as brasileiros/as tenham acesso a essa política pública. Após a regulamentação, por meio da Lei Orgânica da Saúde (LOS) e a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), passou a atender toda população indistintamente. Isso pode ser observado nos atendimentos primário, secundário e terciário existentes aos usuários/as em vários espaços da área da saúde, assim como, os programas de prevenção de doenças e as atividades de promoção da saúde.

Todavia existem controvérsias, conforme consta no documento “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS - 2011) onde está citado “o SUS real está longe do SUS constitucional. Há uma enorme distância entre a proposta do movimento sanitário e a prática do sistema público de saúde vigente”. Portanto entende-se que é de extrema relevância consultar a própria sociedade para que possam expor suas opiniões sobre a realidade da funcionalidade do SUS, que foi idealizado e conquistado como um direito social.

Vale destacar que o SUS está presente no cotidiano de todos/as os brasileiros/as ainda que não seja percebido. Isso porque, segundo uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz (2020) diz que “poucos sabem que a atuação do maior sistema público de saúde do mundo vai muito além do atendimento em hospitais”, a exemplo os supermercados e restaurantes, onde, lá está o SUS por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que atua na fiscalização, controle e intervenção dos estabelecimentos que descumprem as medidas de segurança dos alimentos; ele está também na vacinação através do Programa Nacional de Imunizações (PNI)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que tem como objetivo a prevenção de doenças; está presente, também, nas farmácias, portos e aeroportos, cumprindo um papel fundamental de fiscalização e medidas de prevenção, mais uma vez protagonizada pela Vigilância Sanitária.

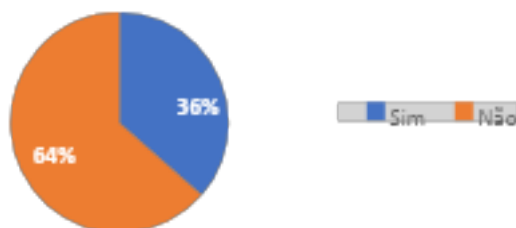
Tais informações reforçam o que descreve o Ministério da Saúde, afirmando que o “SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país”.

Diante disso, a partir da pesquisa realizada foi feita a análise e pôde-se conhecer determinados pontos que se relacionam, inevitavelmente, com o assunto discutido na seção anterior, ou seja, compreender qual a relação da política neoliberal com a saúde, e também, como a perspectiva ideológica interfere na percepção dos/as brasileiros/as em relação a saúde pública.

A pesquisa foi realizada com um total de 280 participantes. Ao analisar a primeira pergunta do questionário, que trata da satisfação dos/as usuários/as em relação aos serviços oferecidos pela saúde pública, foi observado um percentual de mais de 60% da população que consideram os serviços insatisfatório, como está demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Análise da satisfação dos/as usuários/as com a saúde pública

1- Os serviços oferecidos pela saúde pública, são satisfatórios?
(280 respostas)



Fonte: Pesquisa de opinião/Elaborado pelas Autoras (2023).

Com a contribuição de seus escritos, na intenção de compreender a insatisfação de grande parte da população, citamos Bravo (2009) onde ressalta que mesmo com os direitos sociais implementados na constituição de 1988, ainda assim, deu-se seguimento ao projeto de saúde voltado para o mercado, influenciado pela política ideológica do neoliberalismo, que teve sua virada no Brasil na década de 1990, com seu modelo privatista e (des)responsabilização do Estado sobre políticas sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Conforme afirma Bravo (2009, p. 100) a política “neoliberal no Brasil, tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e educação”. Aqui, obviamente vamos focar no ‘sucateamento da saúde’, causado pelo fator político e ideológico, que reflete nos cortes de verbas para o SUS e conseqüentemente na falta de investimentos. Sem os recursos necessários para a saúde pública, os atendimentos se tornam inviabilizados à população, que precisa diariamente dos serviços que são indispensáveis para a prevenção e cura de doenças.

A ideologia dominante do neoliberalismo segue seu curso atravessando as administrações do Poder Executivo, afetando a saúde no Brasil que vem sofrendo com os cortes de verbas. Essa questão é grave, porque atinge os usuários que enfrentam dificuldades de acesso, principalmente no que tange aos serviços básicos de emergência, consultas, exames e medicamentos de uso contínuo.

Isso porque, para expandir com o projeto privatista da saúde é necessário o desmonte do SUS, por meio do sucateamento da saúde, isso significa que todos mecanismos usados para essa prática, tem um caráter intencional. Logo todo esse processo reflete justamente nos usuários da saúde pública, uma vez que o funcionamento do sistema falha, a sociedade se revolta e manifesta sua insatisfação.

Diante dos retrocessos postos à saúde pública, ousou-se levantar mais duas perguntas que instigasse os entrevistados a se posicionar, afinal existe um projeto de saúde que está sendo ampliado progressivamente e que visa os interesses do capital em detrimento dos interesses sociais. Sobre este assunto Bravo (2009, p. 107) descreve:

O Projeto de Reforma Sanitária está perdendo a disputa para o Projeto voltado para o mercado. Os valores solidários que pautaram as formulações da concepção de Seguridade Social, inscrita na Constituição de 1988, estão sendo substituídos pelos valores individualistas que fortalecem a consolidação do SUS para os pobres e a segmentação do sistema. Medidas como o Programa de Farmácia Popular permitindo o co-pagamento de medicamentos fere o princípio da equidade e abre a possibilidade de se utilizar outras práticas de compartilhamento de custos no SUS.

É importante compreender o comportamento dos cidadãos sobre este assunto que é de seu próprio interesse. As perguntas lançadas, embora fossem diferentes elas estavam interligadas, uma era o complemento da outra. Como será mostrado nos gráficos 2 e 3, onde está exposto os resultados para posterior análise.

Gráfico 2 – A substituição da saúde pública pela saúde privada.



Fonte: Pesquisa de opinião/Elaborado pelas Autoras (2023).

Gráfico 3 – Os brasileiros que podem custear um plano de saúde



opinião/Elaborado pelas Autoras (2023).

Fonte: Pesquisa de

Apesar de determinada indignação com o SUS, os dados referentes ao gráfico 2, mostram que 85% dos/as pesquisados/as expuseram a importância da saúde pública. Ao analisar os resultados percebe-se que, a população compreende a importância da saúde pública, porém em virtude do sistema econômico capitalista vigente, que visa o lucro e a acumulação de riquezas e possui na sua relação, a contradição do capital/trabalho. Faz com que a relação entre essa política pública e a sociedade seja desgastada.

O regime neoliberal, aponta que no capitalismo, os problemas sociais são inerentes à vida em sociedade e nem todos precisam de conserto ou alívio, há de ter que lidar com eles, já que são males necessários para o alcance da felicidade geral. Esse discurso propaga o individualismo, pautado pela busca de ganhos pessoais por meio de procedimentos e práticas, que raramente visam a felicidade do outro ou o bem-estar coletivo.

Diante disso tal pensamento, politicamente articulado segue com sua intencionalidade de sucateamento da saúde pública, que reverbera na falta de profissionais e principalmente na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

valorização dos salários, na falta de medicamentos essenciais, espaços de saúde estruturalmente precarizados e longas filas de espera para consultas e exames. Inevitavelmente esse cenário leva o usuário a ter uma percepção desfavorável sobre SUS.

Entretanto, quando perguntado aos participantes, “O Sistema Único de Saúde é importante para sociedade brasileira?” a resposta foi significativa a favor do sistema público, como está demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4 – A importância do SUS para sociedade brasileira



Fonte: Pesquisa de opinião/Elaborado pelas Autoras (2023).

Pode-se até imaginar que essa declaração é um paradoxo, uma vez que grande parte dessas pessoas se julgam insatisfeitas. Porém a indignação da sociedade, que nem sempre consegue acessar o SUS, é construída em virtude do desmonte intencional por parte da política ideológica neoliberal. Todo esse processo leva a sociedade a não reconhecer a saúde pública como um direito social, mas sim uma política em decadência.

O modo de pensar de um “senso comum” neoliberal, invade profundamente as crenças populares, mas também se manifesta no terreno mais elaborado do pensamento teórico que são as áreas econômica e social. Logo, esse ideário estimula a tendência de mercantilização dos direitos sociais; responsabiliza os sujeitos e suas famílias arcarem com sua própria necessidade; a criminalização da classe trabalhadora pelas situações diversas à qual é exposta, como desemprego, pobreza, falta de acesso aos direitos, e demais expressões da Questão Social vivenciadas frequentemente pelos sujeitos (Gasparotto; Grossi; Vieira, 2014).

4. CONCLUSÃO

O artigo em questão demonstrou a importância do debate sobre a saúde pública e sua relação com a sociedade, pois aponta a política do neoliberalismo como uma força ideologicamente dominante que é difundida na política de saúde pública, e que influencia na percepção que a sociedade vem adquirindo sobre o SUS. Isso é perceptível entre os indivíduos, o sentimento de decepção e hostilidade sobre a saúde pública, seja nos espaços de saúde ou nos diálogos sobre o assunto.

Em virtude dos principais ideários neoliberais, que são: a defesa do processo de privatização de empresas estatais e a mínima intervenção do Estado, identificou-se que a saúde vem sendo gravemente afetada, com os processos de desmonte e flexibilização da política de saúde pública. Os poderes defensores do neoliberalismo, utilizam mecanismos como cortes de verbas na área da saúde, reduzindo conseqüentemente os investimentos. Essas ações corroboram uma atitude intencional, que impacta na prestação de serviços de saúde à população.

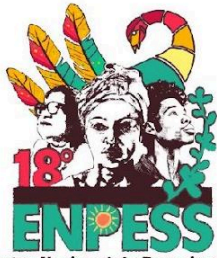
A pesquisa de opinião realizada com os sujeitos sociais reafirma a intencionalidade do projeto privatista de desmonte da saúde pública. E para além disso foi identificado como as conseqüências desse processo, repercute na forma como a sociedade se comporta, em relação ao Sistema Único de Saúde. Isso porque, os dados coletados sinalizam para o descontentamento da população com o SUS.

Há uma grande insatisfação com os serviços que são oferecidos aos/as usuários/as, por conta do sucateamento e precarização, tanto dos espaços de saúde quanto da funcionalidade do desse sistema. Entretanto, mesmo diante deste cenário, outros dados direcionam para a consciência dos brasileiros/as sobre a importância do SUS, porém essa conclusão não está ligada a compreensão da saúde como um direito social do cidadão.

Portanto é notório que a saúde pública tem se tornado um alvo do poder dominante, que utiliza mecanismos que são capazes de influenciar toda uma sociedade. Diante disso a pesquisa se faz necessário tanto para profissionais que atuam dentro dessa política pública, como para profissionais do Serviço Social, no sentido de instrumentalizar a dimensão socioeducativa com objetivo de demonstrar para os sujeitos a importância do Sistema Único de Saúde, assim como o seu reconhecimento como sujeito de direito da política pública de saúde.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 mar. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Orgs). Política social e democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete et. Al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional. São Paulo: Cortes: Brasília/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

ENGELS, Friedrich; Marx, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo. 2007.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K.; VIEIRA, M. S. O Ideário Neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Santa Cruz do Sul-RS, 2014.

HARVEY, David. O neoliberalismo – história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MAZETTO, F. E. **Estado, políticas públicas e neoliberalismo**: um estudo teórico sobre as parcerias-público-privadas. Cadernos de Estudos Interdisciplinares, V. 2, n.1,5 dez. 2015.

MENDES, E V. Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1995 (Coleção questão da nossa época). v. 20.

SCLIAR, Moacir. História do conceito de saúde. PHYSYS: Revista Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 17 (1): 29-41, 2007.

Thompson, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social